



Munich Personal RePEc Archive

Informality: a sectoral portrait of Brazilian economy

Camargo, Fernanda Satori de and Imori, Denise and
Almeida, Leando de Oliveira and Guilhoto, Joaquim José
Martins

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São
Paulo

2006

Online at <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/54511/>
MPRA Paper No. 54511, posted 19 Mar 2014 17:07 UTC

INFORMALIDADE: UM RETRATO SETORIAL DA ECONOMIA BRASILEIRA

Fernanda Sartori de Camargo, Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura 'Luiz de Queiroz', Mestranda em Economia, Pesquisadora da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, f-sartori@uol.com.br

Denise Imori, Universidade de São Paulo, Instituto de Relações Internacionais, graduanda em Relações Internacionais, Pesquisadora da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, denise.imori@uol.com.br

Leandro de Oliveira Almeida, Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Graduando em Economia, Pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, lealmeida@gmail.com

Joaquim José Martins Guilhoto, Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Professor Associado do Regional Economics Applications Laboratory, Pesquisador CNPq, guilhoto@usp.br

RESUMO

O trabalho pretende discutir as características e evolução do pessoal ocupado e da remuneração procurando analisar a relação setorial entre os empregos formais e informais, a partir de 1992 até 2001, sob a ótica do modelo Insumo-Produto. Os dados mostram que o setor informal foi responsável por cerca de 54% dos empregos gerados no período. Geradores de emprego e remuneração formal e informal para os empregados são calculados no estudo. Os principais resultados apontam uma diminuição do potencial de geração de postos de trabalho na década de 1990.

PALAVRAS-CHAVE

mercado de trabalho, insumo-produto, informalidade

ABSTRACT

The goal of this work is to study the characteristics and the evolution of the occupied persons and the compensation of employees from 1992 to 2001, and to relate it with the formal and informal job market, as well as the economy productive structure, using for that input-output matrices constructed for the Brazilian economy. The data shows that the informal sector was responsible for about 54% of the jobs generated in the period of analysis. In the study, employment and compensation of employees multipliers are calculated. The main results show that there was a reduction in the potential of the economy to generate employment in the 1990s.

KEY WORD

job market, input output, informality

Classificação JEL

R15, J21

1 Introdução e justificativa

Segundo Brasil (1998), a partir de 1990, a reorientação do modelo de desenvolvimento, que transitava de proteção ao setor industrial para uma economia aberta e a consolidação da moeda, originou profundas alterações no mercado de trabalho brasileiro. Tais mudanças refletem-se nas características de emprego dos setores econômicos e trazem em si uma grande preocupação quanto às relações de trabalho, à crescente taxa de desemprego e à remuneração dos trabalhadores.

De fato, a composição setorial do pessoal ocupado sofreu alterações no período, sendo os setores primário e secundário os que apresentaram redução da capacidade de geração de postos de emprego e o setor terciário o que absorveu, em parte, a mão-de-obra dispensada dos demais setores (HILGEMBERG, 2003).

O crescimento da taxa de desemprego é o principal indicador de que a última década do século passado foi negativa para o mercado de trabalho (LACERDA et al., 2000). Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2004), a média da taxa de desemprego aberta anual teve um aumento de aproximadamente 70% no período 1990-2002.

Além do crescimento da taxa de desemprego, os brasileiros enfrentaram tendência crescente da informalização do trabalho. O Ministério do Trabalho e Emprego aponta para uma tendência declinante dos empregos formais, a partir de 1990, explicada, em parte, pela queda do emprego industrial. No período de janeiro de 1990 a dezembro de 1997, foram eliminados cerca de 2,56 milhões de empregos formais (BRASIL, 1998).

A distribuição setorial do emprego formal, por sua vez, sofreu significativas modificações - houve a estagnação do emprego formal na indústria e aumento significativo dos postos de trabalho formais nos setores serviços e agropecuário. Depois do setor agropecuário, o subgrupo comércios foi o que mais cresceu (taxa de crescimento de 84%), enquanto o subgrupo serviços cresceu à taxa de 52 %. A indústria, por sua vez, gerou 227 mil empregos, no período 1985-2002, notando-se a alteração de seu comportamento, a partir de 1990, com a abertura comercial e retração do emprego industrial. Os empregos formais do setor construção civil cresceram 29%

(1,5% a.a.). Já as indústrias extrativa mineral e de transformação tiveram queda dos empregos formais nesse período (COSTANZI, 2004).

Em relação à remuneração do trabalho, até recentemente, um dos fatos estilizados mais bem consolidados na literatura empírica relativa à informalidade nesse mercado era a existência de significativos diferenciais de salários entre os setores formal e informal, mesmo com o controle por todas as características observáveis e pelo viés de seleção (ULYSSEA, 2005).

Entretanto, mais recentemente, alguns estudos têm apresentado evidências de que o diferencial de salários pode favorecer os trabalhadores no mercado informal ou que tal relação pode variar de acordo com o grupo que se está analisando. Segundo Menezes Filho et al, (2004), a proteção legal dos trabalhadores formais não lhes garante melhor remuneração, de modo que, condicional ao nível da escolaridade, o trabalhador formal tem um nível salarial mais baixo que o informal, parecendo que esses recebem um adicional de salários para compensar benefícios gozados pelos empregados no setor formal. O fator escolaridade seria, então, mais importante na determinação do nível salarial que a formalidade ou não da relação de trabalho.

Nesse contexto, o presente trabalho propõe fazer uma análise da estrutura do emprego formal e informal, bem como de sua remuneração, na economia brasileira, no período 1992 a 2001¹, sob a ótica do modelo Insumo-Produto. As transformações no mercado de trabalho levam a questionamentos que se traduzem em objetivos específicos nesse trabalho:

- a) Verificar a participação dos empregos formais e informais em 14 setores definidos segundo compatibilização dos dados das Contas Nacionais e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, bem como a remuneração dessa mão-de-obra.
- b) Analisar a evolução setorial da geração de empregos formais e informais, assim como de suas remunerações.

Pretende-se, assim, contribuir para a compreensão das tendências e do perfil setorial do mercado de trabalho brasileiro, bem como de sua relação com a estrutura produtiva, levando-se em consideração não apenas o número de empregos, como também sua remuneração, de modo a facilitar a análise de futuras políticas referente a esse mercado.

¹ Não é objetivo desse trabalho analisar os empregos e o nível de atividade econômica.

2 Informalidade

O mercado de trabalho brasileiro, desde o início da década de 1980, tem apresentado uma elevada proporção de trabalhadores sem contrato formal de trabalho. No ano de 1981, esses representavam 28% da população ocupada, segundo dados da PNAD. O grau de informalidade manteve-se relativamente estável ao longo desse período, enquanto na década seguinte iniciou-se um processo de elevação no grau de informalidade, que culmina com um aumento de 10 pontos percentuais (p.p.) ao final dos anos 1990 (ULYSSEA, 2005).

Dessa forma, a partir do final da década de 1980 e início da de 1990, o tema da informalidade no mercado de trabalho no Brasil ganha importância na literatura econômica. Até esse período, os trabalhos procuraram apenas discutir o que é o setor informal e qual seria a melhor forma de defini-lo. Na literatura econômica relativa ao mercado de trabalho brasileiro não apresenta consenso sobre o termo informalidade², sendo enorme a variedade de definições utilizadas tanto em trabalhos teóricos quanto empíricos (ULYSSEA, 2005). O motivo disso é a própria complexidade da natureza do trabalho informal, que engloba diferentes categorias de empregados com ocupações bastante peculiares (CUT/ DESEP, 1992).

É vasta a literatura desde a primeira referência sobre informalidade feita pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) numa pesquisa sobre a África, em 1972. Há, porém, dois conceitos básicos de trabalho informal que se destacam na literatura (CUT/ DESEP, 1992): o primeiro ponto de vista compreende o trabalho informal a partir da precariedade da ocupação, ou seja, é aquele cujas atividades produtivas são executadas à margem da lei, especialmente da legislação trabalhista vigente em um determinado país³; o segundo conceito está vinculado a estabelecimentos de natureza não tipicamente capitalista, que se distinguiriam pelos baixos níveis de produtividade e pela pouca diferenciação entre capital e trabalho⁴.

Apesar da enorme variedade de definições de informalidade utilizadas, no Brasil, esse problema foi em grande parte minimizado pelo fato de a legislação exigir que todos os trabalhadores assalariados possuam uma carteira de trabalho assinada (excluindo funcionários públicos). Dessa forma, a definição de informalidade ficou associada à

² Acerca da extensa controvérsia em torno do conceito de informal, ver Pamplona (2001).

³ Aqui estariam os trabalhadores conta-própria, grande parte dos quais não contribui à previdência, os trabalhadores sem carteira assinada (excluindo os funcionários públicos) e os não-remunerados.

⁴ O núcleo básico seria formado pelos trabalhadores por conta própria, mas também pelos empregadores e empregados de pequenas firmas com baixos níveis de produtividade.

posse ou não da mesma. Há ainda diversos trabalhos em que o setor informal é definido como a soma dos trabalhadores sem carteira e por conta própria, ou mesmo como o conjunto de trabalhadores que não contribuem para a previdência social (ULYSSEA, 2005).

Pastore (2003), por exemplo, considera como informais os trabalhadores que não têm nenhum vínculo com a previdência e que, na categoria de posição na PNAD, são classificados como os empregados em empresas, trabalhadores por conta-própria, empregados domésticos, trabalhadores sem remuneração e empregadores.

Em razão dessa dificuldade concernente à definição do fenômeno informalidade, o presente trabalho buscou aplicar uma definição que mais se adequasse aos objetivos pretendidos, à aplicação da metodologia proposta e às informações disponíveis da construção do sistema de dados (PNAD e SCN). A alternativa para desagregar o pessoal ocupado do Sistema de Contas Nacionais, que forma uma das fontes de dados do sistema Insumo-Produto, foi a utilização dos microdados da PNAD, segundo a posição na ocupação e a contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho na semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais. Nesse trabalho, em específico, consideram-se trabalhadores informais aqueles que não possuem vínculo com a Previdência Social e os sem registro de carteira de trabalho, excluindo funcionários públicos. Dessa forma, procura-se alcançar uma visão da evolução das relações de trabalho nos últimos anos.

3 Metodologia

Essa seção apresenta a metodologia a ser utilizada para os objetivos pretendidos. Descreve de forma sucinta a metodologia Insumo-Produto e a forma como foram tratados os dados.

3.1 O modelo insumo-produto

A análise da estrutura intersetorial será realizada através da aplicação da metodologia de insumo-produto. A matriz de insumo-produto traz informações sobre a estrutura de produção da economia e a origem setorial da renda gerada (RODRIGUES; GUILHOTO, 1998). Retrata as relações produtivas na economia, a partir da aplicação do modelo desenvolvido por Leontief.

O modelo proposto toma como referência os fluxos entre as diferentes atividades econômicas, cuja base de dados deve descrever as relações dessas atividades entre si com a demanda final (formação bruta de capital fixo, exportações, variação de estoques,

consumo do governo, consumo das famílias), sua renda e importações (FEIJÓ, et al., 2001).

Assume que a produção de produtos domésticos utiliza: insumos domésticos, ou seja, obtidos através da produção doméstica; insumos importados; e insumos primários (trabalho, capital, e terra).

Por sua vez os produtos domésticos são utilizados pelas indústrias como insumos intermediários no processo produtivo ou são consumidos pela demanda final como produtos finais (exportações, consumo das famílias, gastos do governo, investimentos, etc). As importações podem ser de insumos intermediários que se destinam ao processo produtivo, ou de bens finais que são diretamente consumidos pela demanda final (SCHOR; GUILHOTO, 2001, p. 6).

A renda é constituída pelas remunerações do trabalho, do capital e da terra. Essa renda é utilizada no consumo dos bens finais (sejam eles destinados ao consumo ou ao investimento). A receita do governo é obtida através do pagamento de impostos pelas empresas e pelos indivíduos. O modelo ainda assume que existe equilíbrio em todos os mercados da economia.

Dessa forma, dadas as suposições e restrições do modelo, faz-se necessário a construção de duas matrizes que servirão de base para a aplicação do modelo teórico: Matriz de Produção e Matriz de Uso e Recursos. A Matriz de Produção é uma matriz composta, horizontalmente, de produtos e, verticalmente, de setores. Os valores podem ser encontrados nas matrizes de insumo-produto do IBGE (articulada a partir dos dados das Contas Nacionais), de cada ano em específico, na tabela de recursos de bens e serviços/ Produção das atividades, planilha Valor da Produção das atividades. Já a Matriz de Uso e Recursos é uma matriz que comporta setores, produtos, Demanda Final, Importações, Impostos Indiretos Líquidos, Componentes do Valor Adicionado, Total da Produção e por fim, Pessoal Ocupado. Sua composição também pode ser encontrada nas matrizes de insumo-produto do IBGE, articuladas a partir das Contas Nacionais, nas demais tabelas agrupadas por ano, tais como: tabela de Usos de Bens e Serviços/ componentes do Valor Adicionado, tabela de Oferta e Demanda de Produtos Importados, etc. A partir dessas matrizes chega-se às relações de Insumo-Produto num sistema de relações inter-setoriais.

Teoricamente, no modelo de Leontief, os fluxos intersetoriais podem ser determinados por fatores tecnológicos e econômicos a partir de um sistema de equações:

$$\mathbf{X} = \mathbf{AX} + \mathbf{Y} \quad (1)$$

onde X representa um vetor ($n \times 1$) com o valor da produção total por setor, Y é um vetor ($n \times 1$) com os valores da demanda final setorial e A é uma matriz ($n \times n$) com

os coeficientes técnicos diretos da produção. O vetor de produção total é determinado unicamente pelo vetor de demanda final, considerado exógeno ao sistema:

$$\mathbf{X} = \mathbf{L} \times \mathbf{Y} \quad (2)$$

onde \mathbf{L} é a matriz inversa de Leontief ($\mathbf{L} = (\mathbf{I} - \mathbf{A})^{-1}$), cujos coeficientes captam os efeitos diretos e indiretos de modificações exógenas da demanda final sobre o nível de produção dos setores.

Consegue-se avaliar, partindo da equação (2), o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final e em cada um de seus componentes teriam sobre a produção total por setor. Compõem a demanda final \mathbf{Y} , o consumo das famílias (\mathbf{Y}_f), as exportações (\mathbf{Y}_e) os gastos do governo (\mathbf{Y}_g) e os investimentos (\mathbf{Y}_k).

Para a análise pretendida sobre o emprego, inicialmente, calculam-se os coeficientes diretos de emprego, a partir da divisão do ‘pessoal ocupado’ pelo ‘Valor Bruto da Produção’:

$$v_i = \text{pessoal ocupado/VBP};$$

onde

$$v_i \text{ é o coeficiente direto de emprego};$$

VBP = Valor Bruto da Produção.

A partir desse cálculo e da matriz inversa de Leontief, obtém-se o gerador de empregos. A geração de empregos, então, é calculada da seguinte forma:

$$\mathbf{G}_j = \sum_{i=1}^n l_{ij} * v_i; \quad (3)$$

onde \mathbf{G}_j = geração de empregos (tipo I), coluna j ;

l_{ij} = elemento da linha i , coluna j da matriz inversa de Leontief;

v_i = coeficiente de empregos da linha i ;

O gerador indica para cada unidade monetária produzida na demanda final, o quanto se gera, direta e indiretamente, no caso do exemplo, de empregos na economia.

3.2 Tratamento dos dados

O objetivo dessa subseção é apresentar como foram tratados os dados e quais as fontes utilizadas. Os dados referentes aos setores da economia brasileira estão

disponíveis nas Contas Nacionais da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), que é o órgão oficial brasileiro responsável pela construção das Matrizes Nacionais de Insumo-Produto.

Os dados das matrizes de insumo-produto, dos anos de 1992 a 1996, serão montados em duas matrizes (Produção e Uso e o Recurso) e obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como a classificação utilizada por setores e produtos. Os dados de 1997 a 2001 foram estimados segundo metodologia apresentada em Guilhoto e Sesso Filho (2005). O valor da produção e do número de empregados é disponibilizado nas Contas Nacionais e, portanto, apenas os coeficientes indiretos de emprego podem apresentar algumas alterações, mas como discutido em Guilhoto e Sesso-Filho (2005) os resultados gerados a partir das matrizes estimadas são consistentes. Os valores foram deflacionados com base nos preços de 2001. Por meio das matrizes torna-se possível o enfoque da tecnologia baseada na indústria, setor *versus* setor (Miller; Blair, 1985).

Com a incorporação das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), pretende-se caracterizar o pessoal ocupado dos 14 setores em formais e informais. Como os dados da PNAD são amostrais e as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Contas Nacionais) são uma composição dos dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e da PNAD, quanto ao pessoal ocupado, haverá a necessidade de compatibilizar os dados. O pessoal ocupado das Contas Nacionais será compatibilizado com os dados do pessoal ocupado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), segundo os critérios posição na ocupação e contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho, para separá-los em empregos formais e informais por setores da economia. Os setores das Contas Nacionais também serão compatibilizados com as Atividades da PNAD, de forma a agregarem-se 14 setores que serão analisados.

A compatibilização dos 14 setores está especificada no Anexo A. Tal compatibilização é necessária para a utilização dos dados da PNAD e foi realizada de acordo com Hilgemberg (2003) e com o Relatório Metodológico do IBGE (FIBGE, 2004).

A análise do pessoal ocupado levará em consideração as variáveis: atividade principal do empreendimento nesse trabalho, situação na ocupação, contribuição para instituto de previdência e remunerações. Segundo as notas metodológicas da PNAD “a classificação da Atividade do empreendimento foi obtida através da finalidade ou do

ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalhava” (PNAD,1999, p. 25).

A expansão das PNADs de 1992 a 1995 foi obtida a partir da reponderação divulgada na PNAD de 1997 e o novo peso de 1999 foi obtido pela PNAD de 2001. Tal reponderação foi calculada pelo próprio IBGE com base na Contagem da População de 1996 e 2000, respectivamente, acarretando um ajuste nos pesos utilizados por essas PNADs para expansão de seus resultados⁵.

Os trabalhadores informais, nesse estudo em específico, serão os brasileiros sem vínculo com o Instituto de Previdência e sem registro em carteira, de modo que tais variáveis serão cruzadas de modo a se obter tal definição.

Para os trabalhadores formais e informais, consideramos somente os empregados, excluindo os empregadores e trabalhadores por conta própria, nos microdados da PNAD; assim para esse trabalho utilizou-se somente as remunerações, excluindo o excedente operacional bruto da análise.

A próxima seção apresenta os principais resultados da manipulação do banco de dados disponível e da aplicação da metodologia proposta anteriormente.

4 Principais resultados

A seguir estão apresentados os principais resultados referentes às atividades brasileiras ao longo dos anos 1992 a 2001. Inicialmente, serão apresentados alguns resultados obtidos por meio da manipulação dos microdados da PNAD compatibilizados com os valores do pessoal ocupado das Contas Nacionais, de acordo com Hilgemberg (2003) e com o Relatório Metodológico do IBGE (FIBGE, 2004). Posteriormente, estão os resultados da aplicação da metodologia Insumo-Produto no que diz respeito à geração de empregos e remunerações setoriais ao longo do período estudado.

As figuras 1 e 2 comparam o pessoal ocupado nos anos de 1992 e 2001, evidenciando a participação da mão-de-obra formal e informal e a distribuição da informalidade entre os 14 setores da economia brasileira⁶.

Na economia como um todo a participação formal/informal não sofreu significativas alterações, mas a distribuição da informalidade entre os setores,

⁵ Mais informações sobre a metodologia da PNAD podem ser obtidas no Departamento de Emprego e Rendimento da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

⁶ Os valores de todos os anos podem ser encontrados nos anexos.

principalmente em relação à Agropecuária, apresentou alterações. Em 1992, os empregos informais desse setor correspondiam a 23,87% do total, enquanto em 2001 essa participação passou a representar cerca de 17%. Outro setor que apresentou redução dos empregos informais nesse período foi a Indústria Extrativa.

A Agropecuária, setor que mais emprega tanto na formalidade quanto na informalidade, foi também o que mais teve reduzido o número de seus trabalhadores ao longo do período: em cerca de 3,3 milhões de empregos informais e cerca de 200 mil empregos formais. Os setores Serviços Prestados à Família e Comércio, por sua vez, foram os que mais aumentaram a demanda por trabalhadores tanto formalmente como informalmente de 1992 a 2001.

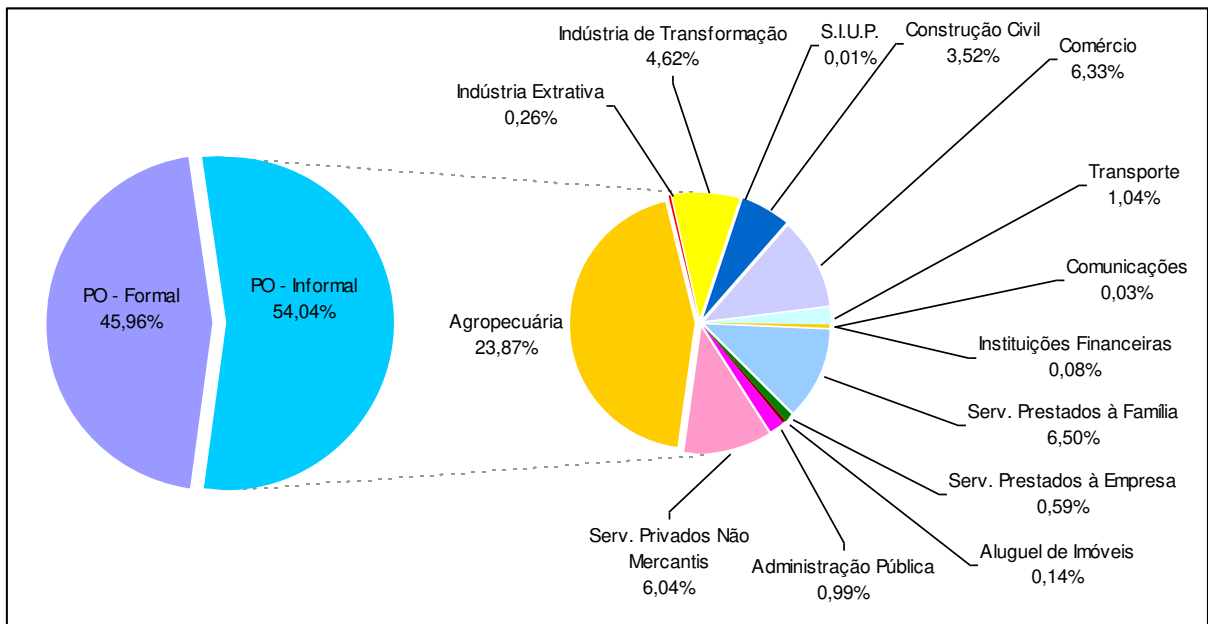
Metade dos setores aqui representados tiveram redução na empregabilidade formal: Administração Pública, Construção Civil, Indústria de Transformação, Agropecuária, Instituições Financeiras, S.I.U.P e Aluguel de Imóveis apresentaram queda de 459.996, 272.524, 203.080, 195.031, 185.349, 78.925, 8.813 empregos formais, respectivamente. A Agropecuária, portanto, é um desses setores, mas não o primeiro no ranking de redução de oferta de trabalho formal.

Ao longo desse período, na economia como um todo, mais de 3 milhões de empregos informais deixaram de existir e outros 6 milhões foram criados. No setor formal, foram criados cerca de 4 milhões de novos empregos e 1,5 milhão de pessoas perderam seus postos de trabalho. O saldo final na economia como um todo foi um aumento de mais de 5 milhões de empregos, dos quais 53,98% eram informais.

De forma análoga, as figuras 3 e 4 comparam a remuneração setorial nos anos de 1992 e 2001, evidenciando a participação da mão-de-obra formal e informal e a distribuição da informalidade nos setores em questão. Em 1992, cerca de 10% da remuneração total corresponde aos trabalhadores informais, enquanto em 2001 esse percentual sobe para 12,87%.

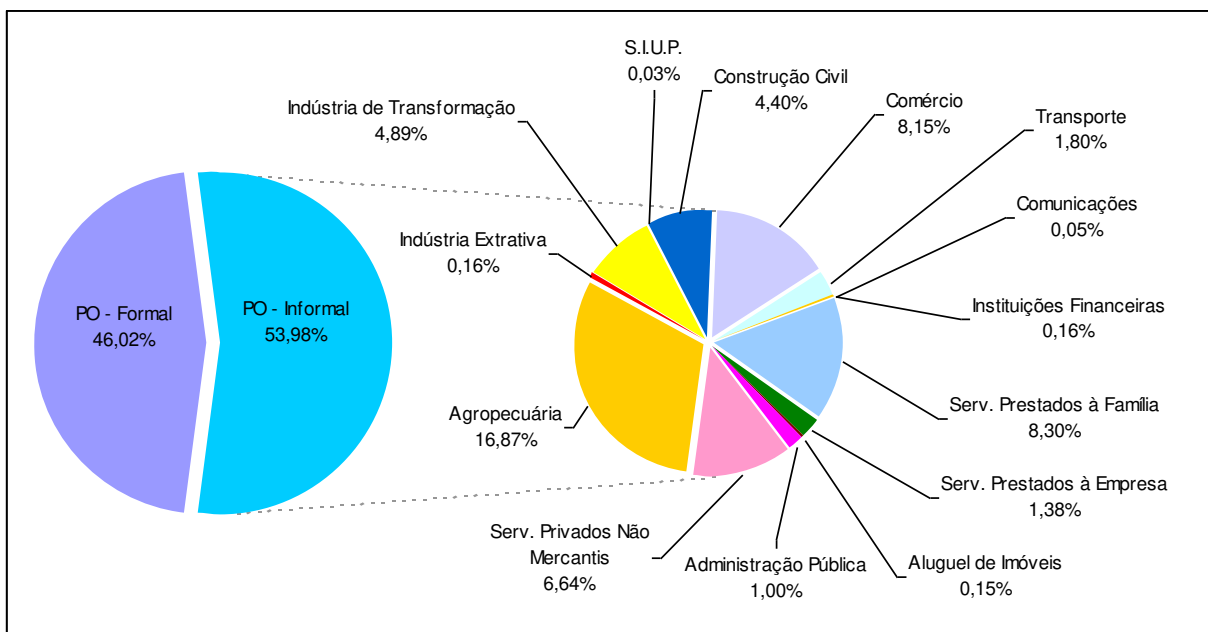
No período, a Agropecuária e a Indústria Extrativa foram os únicos setores cujas remunerações dos trabalhadores informais reduziram sua participação no total da economia. Tal resultado, portanto, coincide com o da distribuição da informalidade entre os setores.

Figura 1. Participação do pessoal ocupado formal e informal no Brasil e informal por setores, 1992.



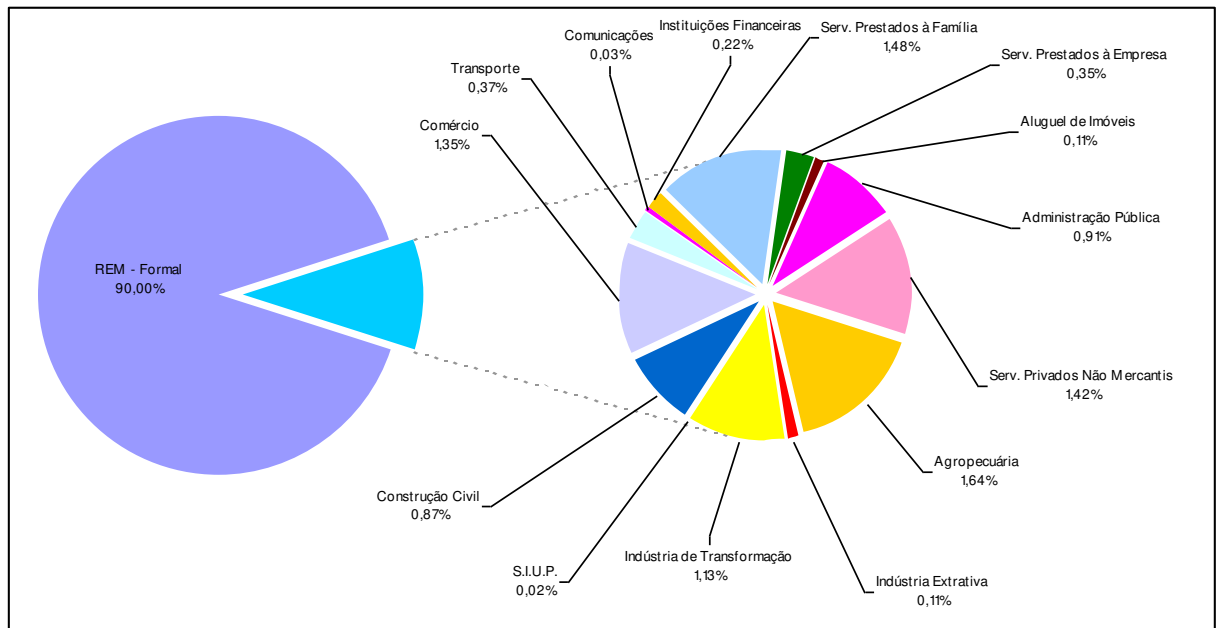
Fonte: Dados da Pesquisa.

Figura 2. Participação do pessoal ocupado formal e informal no Brasil e informal por setores, 2001.



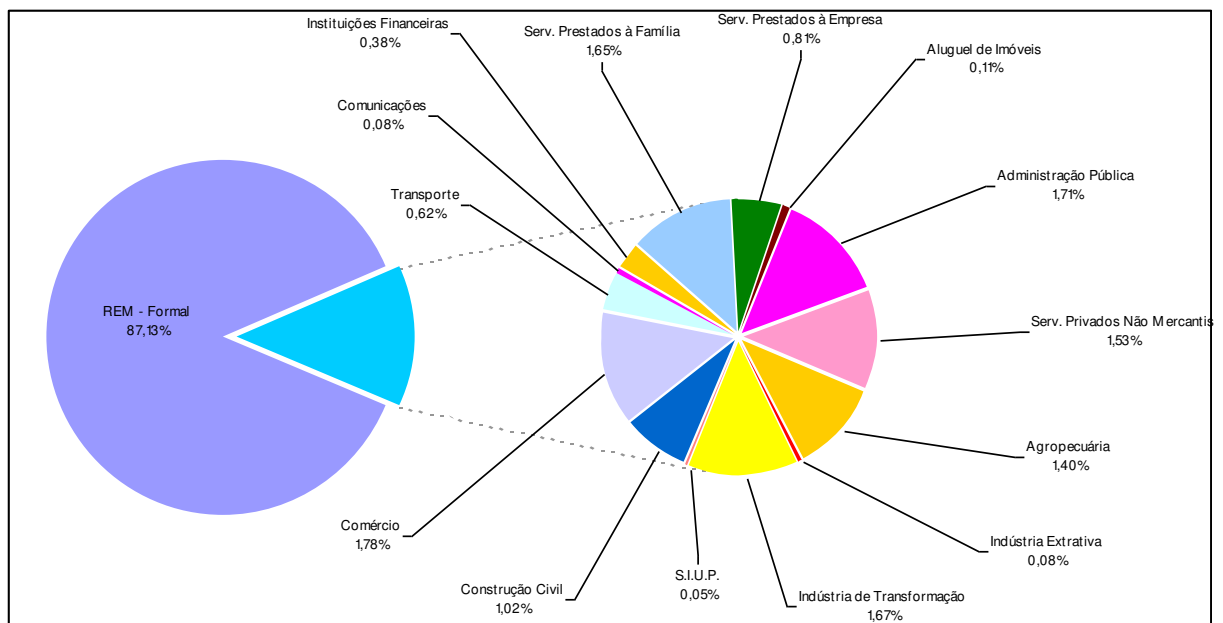
Fonte: Dados da Pesquisa.

Figura 3. Participação da Remuneração formal e informal no Brasil e informal por setores, 1992.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Figura 4. Participação da Remuneração formal e informal no Brasil e informal por setores, 2001.



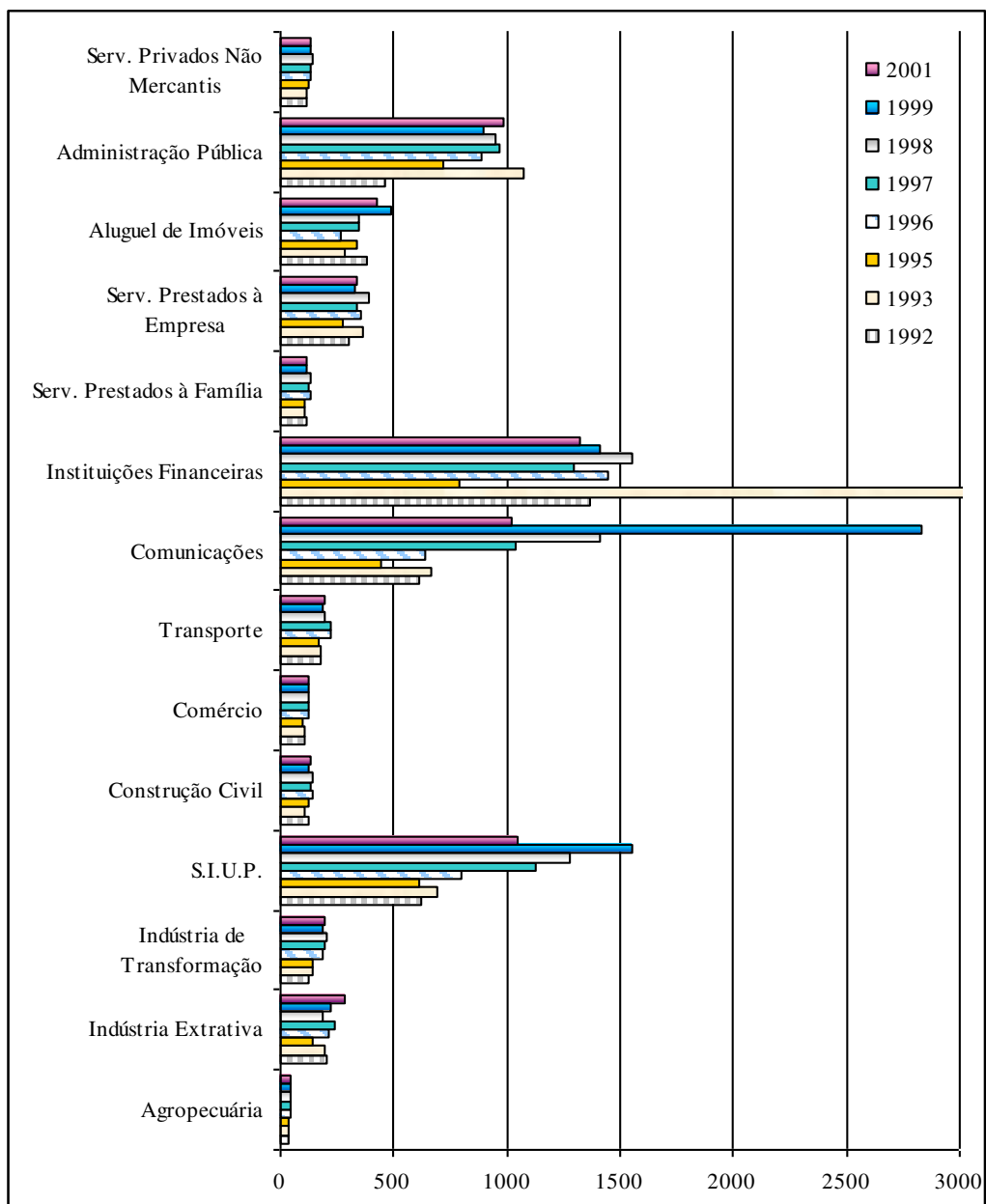
Fonte: Dados da Pesquisa.

Por sua vez, as figuras 5 e 6 mostram a evolução da remuneração média setorial nos anos estudados separados em remuneração informal e formal, respectivamente. A

maioria dos setores apresenta certa homogeneidade na evolução da remuneração média, mas em alguns é nítida a descontinuidade que se apresentou ao longo desse período. É o caso de Instituições Financeiras, o que pode ser explicado, em parte, pelo processo de reestruturação do setor, causado pela estabilização da moeda que reduziu os ganhos oriundos do processo inflacionário pelo sistema bancário.

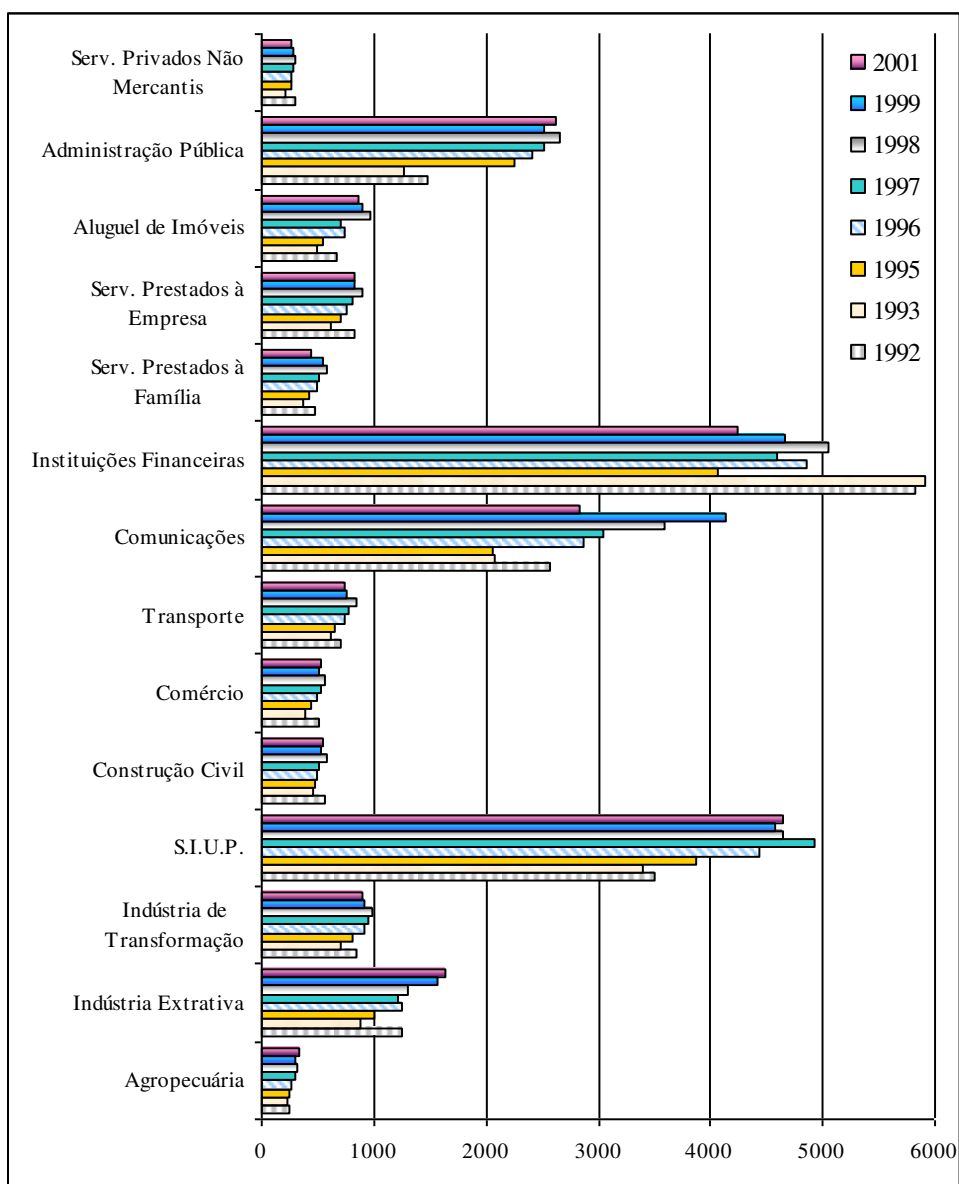
De 1992 a 2001, tanto em relação ao pessoal ocupado informal quanto formal, tem-se que as maiores remunerações médias correspondem aos setores Instituições Financeiras, Serviços Industriais de Utilidade Pública (S.I.U.P.) e Administração Pública. A consideração da remuneração média em relação à formalidade, por sua vez, demonstra que, em todos os setores no período analisado, ela foi maior no mercado de trabalho formal.

Figura 5. Remuneração média do pessoal ocupado informal, 1992 a 2001.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Figura 6. Remuneração média do pessoal ocupado formal, 1992 a 2001.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Aplicando a metodologia apresentada na seção anterior encontramos os geradores de emprego e remunerações setorial para cada uma das categorias, formal e informal. Os geradores indicam, para cada 1 milhão de reais produzido para a demanda final, o quanto se gera, direta e indiretamente, de empregos ou de remuneração do empregado na economia como um todo. Por exemplo, a cada 1 milhão de reais produzidos para a demanda final da Agropecuária, foram gerados 91 empregos informais e 19 empregos formais na economia como um todo.

Entre os maiores geradores de emprego formal, ademais daquele do setor Serviços Privados Não Mercantis⁷, destaca-se o da Indústria de Transformação, setor esse que, no presente trabalho, agrega todas as indústrias da economia. Verifica-se, porém, tendência de queda do valor do gerador de emprego formal do setor no período de 1992 a 1998, parcialmente revertida em 1999 e 2001. As transformações ocorridas com a estabilização da moeda e a intensificação do processo de abertura econômica explicam, em parte, essa queda. Devido a esses fatores, as indústrias brasileiras tiveram que passar por modificações e reestruturar-se diante do mercado, o que acabou por diminuir sua capacidade de geração de empregos por valor de produção. Os setores Serviços Prestados às Famílias e Comércio também apresentam destacados geradores de emprego formal, que, entretanto, não apresentam tendência clara no período considerado.

Em relação aos geradores de emprego informal, destaca-se o da Indústria de Transformação, que, pelos motivos apontados anteriormente para o gerador de emprego formal, apresentou tendência declinante, recuperando-se em parte ao final do período. O elevado gerador de emprego informal da Indústria de Transformação deve-se ao fato de que esse setor abarca grande número de micro e pequenas empresas, as quais em sua maioria empregam sobretudo trabalhadores informais, devido ao alto custo de contratação e de pagamento de impostos decorrentes do mercado de trabalho formal. Cabe apontar a queda do valor do gerador de emprego informal da Agropecuária – de 153,51 empregos gerados na economia para cada 1 milhão de produção para a demanda final do setor em 1992, para 91,76 em 2001. Esse movimento ocorreu paralelamente à grande redução do número de trabalhadores informais do setor nesse período.

Quanto aos geradores de remuneração do trabalho formal, tem-se que no início do período (1992) o setor Indústria de Transformação apresentava o maior valor. Esse, entretanto, caiu significativamente até 1995 – de 786,97 para 562,27. Setor de comportamento oposto foi a Administração Pública, cujo gerador cresce de 551,89 em 1992 para 697,97 em 1995. Em 2001, esse setor respondia pelo maior gerador de remuneração do trabalho formal. Outro setor que merece destaque é o de Instituições financeiras, que apresentava a 2ª maior geração de remuneração do trabalho formal no início do período. Tal gerador, porém, apresentou queda significativa ao longo dos anos considerados. Essa diminuição pode ser explicada pela estabilização da moeda, que reduziu os ganhos oriundos do processo inflacionário pelo sistema bancário.

⁷ O setor Serviços Privados Não Mercantis consiste basicamente em entidades sem fins lucrativos, que se caracterizam pelo elevado número de trabalhadores e um valor da produção pouco expressivo. O número de empregos diretos seria muito elevado, se comparado aos demais setores, para um mesmo valor de produção. Dessa forma, há de se tomar cuidado para evitar conclusões precipitadas em relação ao setor.

Além daquele referente ao setor Serviços Privados Não Mercantis, destaca-se o valor do gerador de remuneração do trabalho informal da Indústria de Transformação. Esse gerador verificou queda – 144,47 para 109,57 – no período do plano real, o que pode ser parcialmente explicado pelas reestruturações por que tiveram de passar as indústrias com a estabilização da moeda e a intensificação do processo de abertura econômica. Tal valor, porém, apresentou tendência de alta posteriormente, chegando ao final do período com 156,06 mil reais de remuneração do trabalho informal na economia para cada 1 milhão de produção para a demanda final do setor. A importância do gerador de remuneração do trabalho informal da Indústria de Transformação pode ser explicada de modo análogo ao do gerador de emprego informal: nesse setor estão numerosas micro e pequenas empresas, que empregam majoritariamente trabalho informal.

Tabela 1. Gerador de Emprego, 1992 a 2001.

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
INFORMAL								
Agropecuária	153,51	151,75	133,64	119,03	115,65	113,58	115,01	91,76
Indústria Extrativa	9,82	9,46	6,46	6,05	5,53	5,05	6,15	7,06
Indústria de Transformação	124,76	123,93	89,87	86,13	82,85	82,64	97,93	100,51
S.I.U.P.	13,13	10,52	7,09	7,11	6,91	8,70	9,83	11,11
Construção Civil	18,02	18,50	17,52	17,16	16,85	18,78	19,21	19,35
Comércio	46,70	48,20	42,78	39,69	41,07	42,02	46,33	47,40
Transporte	21,77	22,10	20,33	20,40	21,15	21,59	23,27	24,16
Comunicações	3,37	3,37	2,52	3,37	3,49	4,77	5,87	5,93
Instituições Financeiras	3,07	3,14	4,47	4,94	4,50	5,03	5,38	4,92
Serviços Prestados à Família	44,76	42,86	44,44	42,18	43,26	44,61	46,75	48,24
Serviços Prestados à Empresa	18,20	19,11	16,91	18,91	19,60	21,82	22,02	22,42
Aluguel de Imóveis	4,47	4,29	6,84	6,51	6,29	5,87	5,51	6,35
Administração Pública	5,65	6,89	6,30	5,78	5,64	6,15	5,37	4,85
Serviços Privados Não Mercantis	325,86	327,71	325,72	324,25	320,63	308,25	304,62	299,49
FORMAL								
Agropecuária	25,20	25,37	22,45	23,02	21,04	20,59	21,77	19,81
Indústria Extrativa	7,73	7,11	6,30	5,32	5,11	4,74	5,47	6,95
Indústria de Transformação	87,32	84,36	65,96	65,27	62,16	62,43	69,28	77,98
S.I.U.P.	15,61	15,40	10,75	10,09	9,90	10,96	10,39	12,04
Construção Civil	12,16	11,29	9,86	9,28	8,75	8,47	8,15	8,25
Comércio	44,38	43,22	38,24	37,18	36,82	37,13	38,08	41,16
Transporte	32,38	31,80	29,11	27,86	26,91	26,05	25,00	25,88
Comunicações	11,07	10,78	8,02	7,71	7,73	9,48	9,47	9,95
Instituições Financeiras	11,10	10,88	12,42	11,87	11,35	10,56	10,73	10,20
Serviços Prestados à Família	44,11	41,03	41,70	43,77	42,10	42,53	42,21	46,33
Serviços Prestados à Empresa	42,10	39,04	37,64	40,03	39,31	40,74	38,86	39,57
Aluguel de Imóveis	4,11	3,78	5,76	5,55	5,42	5,16	4,81	5,38
Administração Pública	32,03	30,23	27,62	26,72	25,66	25,73	23,52	23,34
Serviços Privados Não Mercantis	98,16	98,10	109,72	123,26	126,17	127,82	131,34	134,10

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 2. Gerador de Remuneração, 1992 a 2001.

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
INFORMAL								
Agropecuária	75,26	71,44	69,64	73,06	70,53	73,53	70,54	66,00
Indústria Extrativa	19,12	18,20	9,91	13,07	13,04	10,05	12,05	15,45
Indústria de Transformação	138,55	144,47	109,57	126,40	123,29	130,79	142,46	156,06
S.I.U.P.	17,97	17,38	11,72	13,63	14,17	18,75	19,45	21,52
Construção Civil	27,09	25,17	25,52	28,74	27,32	31,69	29,19	31,41
Comércio	57,97	60,84	51,05	58,23	59,58	63,84	69,10	71,51
Transporte	35,15	35,88	34,15	44,37	46,70	44,83	45,56	50,16
Comunicações	9,92	9,48	5,86	10,22	11,87	19,72	31,96	17,85
Instituições Financeiras	11,47	30,69	12,39	22,76	19,69	28,21	23,09	24,42
Serviços Prestados à Família	61,99	59,32	59,82	67,67	68,54	73,28	69,12	68,22
Serviços Prestados à Empresa	43,94	55,86	44,82	61,01	60,90	77,99	67,67	72,04
Aluguel de Imóveis	8,83	7,89	12,17	12,37	12,64	12,64	13,06	13,45
Administração Pública	20,35	47,02	28,09	34,39	36,89	41,06	32,50	35,04
Serviços Privados Não Mercantis	462,21	452,06	486,79	516,23	514,17	533,14	488,69	474,48
FORMAL								
Agropecuária	137,56	115,68	119,76	132,98	128,05	139,70	132,43	126,84
Indústria Extrativa	102,28	69,31	71,43	71,59	67,53	67,42	81,65	99,19
Indústria de Transformação	786,97	608,18	562,27	600,55	592,34	640,80	640,70	690,50
S.I.U.P.	369,18	398,44	315,73	313,50	340,86	326,40	260,46	287,40
Construção Civil	89,92	67,81	62,77	62,05	61,39	67,47	59,89	61,77
Comércio	304,48	236,46	240,67	255,61	273,87	296,35	274,74	299,18
Transporte	282,98	238,17	237,15	254,80	258,04	277,15	233,48	240,16
Comunicações	291,12	227,07	171,23	202,15	207,39	282,05	280,65	216,94
Instituições Financeiras	627,72	628,92	475,52	514,76	483,11	470,83	435,78	383,40
Serviços Prestados à Família	291,38	218,08	260,70	305,68	311,08	345,40	322,01	287,04
Serviços Prestados à Empresa	454,60	323,08	371,78	423,68	438,49	495,33	433,03	440,68
Aluguel de Imóveis	39,04	29,31	47,48	52,49	52,40	57,32	50,73	51,50
Administração Pública	551,89	445,00	697,97	729,28	727,40	771,65	666,86	692,45
Serviços Privados Não Mercantis	342,68	251,61	344,64	394,31	417,70	449,08	454,29	435,15

Fonte: Dados da Pesquisa.

5 Considerações finais

A partir das informações das Contas Nacionais e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), este trabalho buscou analisar a evolução do pessoal ocupado na economia brasileira, no período de 1992 a 2001, sob alguns aspectos em particular. A incorporação de informações sobre trabalho formal e informal à metodologia Insumo-Produto trouxe resultados interessantes no que diz respeito ao mercado de trabalho brasileiro.

A manipulação do banco dados disponível mostra que o número de empregos, no período em estudo, cresceu em cerca de 5 milhões, sendo os setores Comércio e Serviços os que mais demandaram trabalhadores. Esse número, bem como a crescente taxa de desemprego, sugere que a economia tem sido incapaz de absorver a população que entra todos os anos no mercado de trabalho ou mesmo a que procura novas colocações.

A Agropecuária diminuiu significativamente a capacidade de gerar empregos, possivelmente por alterações advindas de choques tecnológicos, por exemplo, mecanização agrícola, e pelos ajustes na economia. A mão-de-obra dos setores em relação ao total de empregos mostra que a Agropecuária apresenta a maior participação, seguida dos setores Serviços Prestados à Família, Comércio e Indústria de Transformação. Como a Agropecuária é o setor que representa a maior participação na capacidade de empregar, mas é também a atividade que mais deixou de empregar nos últimos anos. A instabilidade dos empregos informais nesse setor é destacada: mais de 90% dos postos de trabalho reduzidos são do mercado informal.

Contudo, mesmo diante de um cenário repleto de modificações, a Agropecuária e os demais setores ligados a ela continuaram tendo grande relevância na economia brasileira no que diz respeito ao pessoal ocupado. Portanto, é mister ter cautela com a aplicação de políticas que reflitam nessas atividades, visto que a questão de desemprego tem sido um dos principais problemas enfrentados no país nos últimos anos.

Os dados analisados das Contas Nacionais e dos resultados obtidos por meio do instrumental Insumo-Produto vêm confirmar a diminuição do potencial de geração de postos de trabalho na década de 1990, provocada por mudanças na economia brasileira, tais como as políticas macroeconômicas e o contínuo processo de globalização.

A Indústria de Transformação apresentou ao longo da década queda do gerador de emprego formal e informal, devido, em parte, ao processo de abertura comercial, que diminuiu o efeito multiplicador desse setor.

A Indústria de Transformação apresentava o maior gerador de remuneração formal ao início da década, mas com uma tendência declinante, (em parte revertida), oposta à tendência do gerador da Administração Pública. Dessa forma, a Administração Pública em 2.001 apresentava o maior gerador de remuneração formal.

Serviços Privados Não-Mercantis permaneceu ao longo da década de 90 como o setor com o maior gerador de emprego informal. Cabe destacar uma tendência ascendente do gerador de remuneração informal do setor Serviços Prestados à Empresa.

Por fim, mesmo diante de certas dificuldades no que diz respeito à base de dados disponível, o trabalho procurou alcançar seus objetivos e explorar os dados de forma a acrescentar informações à literatura sobre o mercado de trabalho informal brasileiro e, assim, colaborar para futuras análises no que diz respeito à geração setorial de empregos.

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Emprego no Brasil: diagnóstico e políticas.**, Brasília, 1998. 145 p.

COSTANZI, R. N. **Evolução do emprego formal no Brasil e implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda.** Brasília: IPEA, set. 2004. 33 p. (IPEA. Textos para discussão, 1039).

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Departamento de estudos sócio-econômicos e políticos (CUT/DESEP). **Reestruturação industrial e ação sindical nos anos 90.** São Paulo, 1992. 16 p. (Texto para discussão, 3)

FEIJÓ, C. et al. **Contabilidade social: o novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 2000. 234 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). **Sistemas de Contas Nacionais: tabelas de recursos e usos: metodologia.** Rio de Janeiro, dez. 2004. 122 p. (Texto para Discussão, 24).

GUILHOTO, J. J. M. **Leontief e insumo-produto: antecedentes, princípios e evolução.** Piracicaba: ESALQ, Departamento de Economia, Administração e Sociologia, 2001. 43 p. (Série Seminários da Pós-Graduação, 15).

GUILHOTO, J. J. M.; SESSO FILHO, U. A. Estimação da matriz de insumo-produto a partir de dados preliminares das contas nacionais. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 277-299. abr./jun. 2005.

HILGEMBERG, C. M. A. T. **Efeitos da abertura comercial e das mudanças estruturais sobre o emprego na economia brasileira**: uma análise para a década de 1990. 2003. 180 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

INSTITUTO PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Ipeadata**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 16 fev. 2004.

LACERDA, A. C.; BOCCHI, J. I.; REGO, J. M. et al. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005. 262 p.

MENEZES FILHO, N. et al. O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção? **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 235–248, abr./jun. 2004.

MILLER, R. E.; BLAIR, P. D. **Input-output analysis: foundations and extensions**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall Inc, 1985. 464 p.

PASTORE, J. **Encargos sociais**: implicações para o salário, emprego e competitividade. São Paulo: LTR Editora Ltda, 1997. 117 p.

PASTORE, J. A qualidade do emprego. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 jun. 2003. Caderno de Economia, p. B12.

RODRIGUES, R. L.; GUILHOTO, J. J. M. Uma análise dos impactos da abertura comercial sobre a estrutura produtiva da economia brasileira: 1990 a 1995. In: MONTROYA, M. A. **Relações interestorais do Mercosul e da economia brasileira**: uma abordagem de equilíbrio geral do tipo insumo-produto. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1998. p. 131-150.

SCHOR, S. M.; GUILHOTO, J. J. M. Geração de emprego e de impostos nos programas de moradia popular e saneamento. In: ENCONTRO DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 1., 2001, São Paulo. **Anais ... 2001**. 1 CD-ROM.

ULYSSEA, G. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro**: uma resenha da literatura. Rio de Janeiro, fev. 2005. 32 p. (IPEA. Texto para Discussão, 1070).

Anexo A: A compatibilização dos 14 setores

Descrição da Atividade	Agregação		Setores	Descrição
Nível 80				
1 Agropecuária	1	1	1	Agropecuária
2 Extrat. Mineral	2 + 3	2	2	Indústria Extrativa
3 Petróleo e Gás	4 até 31	3	3	Indústria de Transformação
4 Mineral Não Metálico	32	4	4	S.I.U.P.
5 Siderurgia	33	5	5	Construção Civil
6 Metalúrgicos Não Ferrosos	34	6	6	Comércio
7 Outros Metalúrgicos	35	7	7	Transporte
8 Máquinas e Equipamentos	36	8	8	Comunicações
9 Material Elétrico	37	9	9	Instituições Financeiras
10 Equipamentos Eletrônicos	38	10	10	Serv. Prestados à Família
11 Autom/Cami/Ônibus	39	11	11	Serv. Prestados à Empresa
12 Peças e outros veículos	40	12	12	Aluguel de Imóveis
13 Madeira e Mobiliário	41	13	13	Administração Pública
14 Celulose, Papel e Gráfica	42	14	14	Serv. Privados Não Mercantis
15 Indústria da Borracha				
16 Elementos Químicos				
17 Refino do Petróleo				
18 Químicos Diversos				
19 Farmácia e veterinária				
20 Artigos Plásticos				
21 Indústria Têxtil				
22 Artigos do Vestuário				
23 Fabricação de Calçados				
24 Indústria do Café				
25 Benef. Prod. Vegetais				
26 Abate de Animais				
27 Indústria de Laticínios				
28 Fabricação de Açúcar				
29 Fab. De Óleos vegetais				
30 Outros Prod. Alimentares				

- 31 Indústrias Diversas
 - 32 Serviços Ind. De Utilidade Pública
 - 33 Construção Civil
 - 34 Comércio
 - 35 Transportes
 - 36 Comunicações
 - 37 Instituições Financeiras
 - 38 Serv. Prestados à Família
 - 39 Serv. Prestados à Empresa
 - 40 Aluguel de Imóveis
 - 41 Administração Pública
 - 42 Serv. Privados Não Mercantis
-

Anexo B Evolução do pessoal ocupado formal e informal, 1992 a 2001

<i>INFORMAL</i>	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Agropecuária	14.146.204	14.025.253	13.692.811	12.375.593	12.256.791	11.990.326	12.865.354	10.865.236
Indústria Extrativa	155.984	163.050	122.156	116.686	111.088	112.416	104.998	105.678
Indústria de Transformação	2.739.144	2.845.377	2.876.526	2.849.232	2.808.839	2.796.233	2.885.723	3.150.724
S.I.U.P.	7.712	14.119	13.058	11.400	10.390	12.783	12.807	16.438
Construção Civil	2.087.701	2.240.648	2.240.357	2.337.785	2.493.208	2.856.513	2.818.855	2.832.725
Comércio	3.751.146	4.109.432	4.524.867	4.352.825	4.431.471	4.585.419	4.885.858	5.249.320
Transporte	615.398	631.238	766.792	819.003	918.155	975.943	1.033.616	1.160.766
Comunicações	15.627	12.374	13.982	20.396	15.782	22.987	26.080	29.655
Instituições Financeiras	48.107	70.941	65.257	77.461	74.134	97.195	81.908	106.256
Serv. Prestados à Família	3.850.645	3.869.919	4.516.556	4.338.597	4.597.383	4.809.916	5.032.395	5.349.250
Serv. Prestados à Empresa	350.512	400.449	519.819	546.892	594.594	702.051	724.472	887.688
Aluguel de Imóveis	83.979	83.152	98.706	106.713	95.570	92.378	103.502	96.892
Administração Pública	587.599	635.535	528.939	553.118	567.666	650.342	612.074	644.695
Serv. Privados Não Mercantis	3.578.994	3.724.029	4.044.386	3.865.121	3.914.447	3.834.792	3.907.721	4.276.267
Total	32.018.751	32.825.516	34.024.213	32.370.821	32.889.517	33.539.296	35.095.364	34.771.589
<i>FORMAL</i>								
Agropecuária	1.495.896	1.546.347	1.470.189	1.530.207	1.422.209	1.302.574	1.498.046	1.300.864
Indústria Extrativa	137.816	134.750	138.844	116.214	118.812	122.484	121.602	149.722
Indústria de Transformação	5.508.556	5.417.923	5.415.074	5.144.968	4.996.461	4.833.267	4.755.177	5.305.476
S.I.U.P.	282.988	300.981	242.042	220.700	223.510	225.217	202.693	204.062
Construção Civil	1.363.499	1.309.652	1.189.043	1.185.215	1.207.592	1.179.487	1.089.945	1.090.975
Comércio	3.997.354	4.132.868	4.345.833	4.391.475	4.451.429	4.491.481	4.438.042	4.941.480
Transporte	1.424.902	1.433.662	1.498.208	1.440.797	1.450.145	1.437.957	1.350.084	1.437.734
Comunicações	156.573	165.826	168.618	153.604	150.218	185.513	183.020	228.645
Instituições Financeiras	823.293	813.159	733.543	672.039	676.666	595.405	620.292	637.944
Serv. Prestados à Família	3.774.555	3.668.581	4.146.044	4.457.103	4.386.517	4.477.984	4.433.605	5.032.650
Serv. Prestados à Empresa	1.336.888	1.292.251	1.512.381	1.626.108	1.671.106	1.764.449	1.729.828	2.021.812
Aluguel de Imóveis	160.121	144.048	188.594	172.487	174.030	165.122	173.998	151.308
Administração Pública	5.692.201	5.329.965	4.791.061	4.813.582	4.764.334	4.856.358	5.042.326	5.232.205
Serv. Privados Não Mercantis	1.078.106	1.114.771	1.362.414	1.469.279	1.540.353	1.590.108	1.684.879	1.914.733
Total	27.232.749	26.804.784	27.201.887	27.393.779	27.233.383	27.227.404	27.323.536	29.649.611

Fonte: Dados da Pesquisa.

Anexo C Remuneração do pessoal ocupado formal e informal, 1992 a 2001

<i>INFORMAL</i>	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Agropecuária	5861499	5389999	5954747	6172107	6125721	6244302	6305181	6226675
Indústria Extrativa	388443	381467	211424	304262	324061	256524	275846	361594
Indústria de Transformação	4064587	4736599	4950168	6357646	6526759	6947986	6605853	7404347
S.I.U.P.	57242	116734	95405	109785	140371	196523	239020	206287
Construção Civil	3127919	2975998	3224699	3874302	3974128	4734659	4173877	4524191
Comércio	4830938	5274744	5301221	6333338	6405376	6895407	7492894	7894840
Transporte	1325573	1349446	1572341	2160851	2416675	2308240	2347322	2732988
Comunicações	114604	99480	74938	155900	197215	388652	886150	364509
Instituições Financeiras	786500	2596274	617344	1341599	1150369	1811438	1387854	1687539
Serv. Prestados à Família	5292683	5123343	5926105	6756442	7057545	7606982	7168079	7305323
Serv. Prestados à Empresa	1260341	1735576	1726594	2352471	2437507	3304456	2885710	3593611
Aluguel de Imóveis	384898	279085	395060	337848	400371	387849	609378	491267
Administração Pública	3262114	8180788	4542934	5872037	6598281	7444214	6597366	7601106
Serv. Privados Não Mercantis	5076542	5137116	6044447	6153542	6277362	6632581	6269113	6774813
Total	35833884	43376650	40637425	48282131	50031740	55159813	53243643	57169090
<i>FORMAL</i>								
Agropecuária	4522947	4369098	4380636	4985037	5132234	5053155	5235027	5111498
Indústria Extrativa	2059013	1431739	1677004	1751707	1730702	1909419	2282083	2938377
Indústria de Transformação	55986117	45405053	52327599	56154479	57074488	57204137	52098829	57535107
S.I.U.P.	11897751	12240663	11244868	11759536	13203209	12552804	11139689	11371336
Construção Civil	9308171	7247507	6709720	6997236	7447315	8276656	6998649	7250526
Comércio	24107807	19468635	23028260	25590101	27793833	29999653	26802488	31001238
Transporte	12144524	10650178	11682338	12702896	13418503	14684034	12230091	12835947
Comunicações	4829967	4124385	4154392	5276273	5475531	7994974	9067367	7749048
Instituições Financeiras	57591948	57665673	35710329	39111693	37356420	36022259	34702045	32469902
Serv. Prestados à Família	21306563	16284131	20785081	26001663	27247500	30987171	28944099	26547854
Serv. Prestados à Empresa	13356967	9614011	12635091	14593829	16117626	18972638	17200713	20174246
Aluguel de Imóveis	1276947	864525	1239217	1523756	1453662	1905946	1885711	1557020
Administração Pública	100502875	81573822	129752345	139747428	143551667	155318806	152163120	164142770
Serv. Privados Não Mercantis	3763735	2859183	4279304	4700276	5099595	5586777	5827810	6213219
Total	322655332	273798602	319606185	350895908	362102284	386468429	366577721	386898088

Fonte: Dados da Pesquisa.